

## **Paulo Duarte e a Construção do Patrimônio Plural – a Inclusão de Outras Memórias no Conceito de Patrimônio Brasileiro**

ISABELA SORAIA BACKX SANABRIA\*

### **Introdução**

Antes de tudo, é necessária uma breve apresentação sobre quem foi Paulo Duarte e algumas de suas realizações. Este nasceu no ano de 1899, e foi criado em Franca, no interior de São Paulo. Ingressou para jornal O Estado de São Paulo como revisor em 1919, travando uma importante amizade com Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho. Ao ingressar no curso de direito em 1921, despertou pela primeira vez seu interesse pela Antropologia, realizando uma pesquisa em Antropologia Criminal. Através da amizade com os Mesquita, foi inserido no universo político e cultural das organizações dirigidas pela família, e também no Partido Democrático, onde conheceu Mário de Andrade. Os dois se aproximaram devido às ideias renovadoras que possuíam no campo cultural, cultivando uma duradoura amizade e um ideal em comum que permearia o resto de suas vidas: a organização da nação pela cultura através de vários projetos e instituições culturais (ALCÂNTARA, 2008). No entanto, apesar de haverem iniciado suas carreiras com as mesmas premissas acerca do conceito de cultura e seu papel para o desenvolvimento da nação, as experiências vividas por cada um acabaram por diferenciar e distanciá-los quanto às interpretações e às maneiras de pregar tal ideal. Tendo lutado na Revolução de 1932, Paulo Duarte foi preso e exilado, sendo trazido de volta desse primeiro exílio em 1933. Em 1934 foi eleito deputado estadual, e posteriormente assumiu o cargo de assessor jurídico da Prefeitura de São Paulo, quando propôs a criação do Departamento de Cultura e Recreação, que conjugava os ideais políticos e intelectuais que permitiriam o desenvolvimento da nação através da cultura. Baseados nesses fundamentos, ele e Júlio de Mesquita Filho também fizeram parte da organização e criação da Universidade de São Paulo.

A questão do estabelecimento de uma suposta “alma brasileira” permeava a discussão dos modernistas de então. Ela seria encontrada através do resgate e estudo da

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação na linha de História Cultural da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

diversidade cultural brasileira, ignorando o modelo europeu e focando-se na peculiaridade do sertanejo, do índio e da cultura popular. Dessa maneira, a busca de referências patrimoniais que pudessem comprovar essa brasilidade foi empreendida por Paulo Duarte juntamente a Mário de Andrade em 1937, quando o último foi designado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional delegado de São Paulo para o tombamento de monumentos históricos (DUARTE, 1938). As viagens realizadas pelo interior do Estado em busca de tais referências resultaram também na “Campanha contra o Vandalismo e o Extermínio”, iniciada por Duarte ao denunciar as condições precárias de conservação em que se encontravam diversos monumentos históricos.

Com a instituição do Estado Novo, em 1937, Duarte foi novamente exilado, partindo para Portugal e posteriormente para França. Ao instalar-se em Paris e começar a frequentar os cursos do *Musée de l’Homme*, reaproximou-se de Paul Rivet, com o qual havia travado contato durante seu primeiro exílio. As ideias de ambos sobre a transformação da sociedade através do conhecimento científico foram o fator responsável pela grande amizade que os dois desenvolveram, tendo Duarte trabalhado como assessor de Rivet no *Musée* e futuramente partilhado com ele projetos como a criação de um instituto de Pré-História e de um museu do Homem Americano no Brasil. Em 1940, com a ocupação da França pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, Duarte partiu novamente para Portugal e depois para os Estados Unidos, onde passou os quatro anos seguintes. Quando a França é desocupada em 1944, Rivet – que havia se exilado na Colômbia – retorna a seu país e a seu lugar no *Musée de l’Homme*, de onde propõe ao primeiro a volta deste e a retomada de seu trabalho no museu. Dessa maneira, com o fim da ditadura no Brasil Duarte passa a dividir, por alguns anos, sua vida particular e seu trabalho entre os dois países. Grande parte desse tempo foi dedicado por ele à criação do *Institut Français des Hautes Etudes Brésiliennes*, no *Musée*, o qual visava uma maior aproximação entre os dois países através da realização de estudos e da popularização da cultura de ambos.

O retorno definitivo de Duarte ao Brasil ocorre em 1951. A partir de então, a luta pela pesquisa, salvaguarda e divulgação da pré-história no país como maneira de estudar as origens do Homem Americano através dos vestígios indígenas, concentraria a maior parte de seus esforços, promovendo por diversos mecanismos a diminuição da exploração de sítios arqueológicos sambaquieiros. Nesse contexto, entre outros projetos,

fundou a Comissão de Pré-história em 1952, o Instituto de Pré-história e Etnologia em 1959 – o qual seria incorporado pela USP em 1962, passando a chamar-se Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo – e foi importante formulador dos termos do que viria a ser a lei nº 3.924 em 1961, sobre a definição, preservação e exploração dos monumentos arqueológicos. No entanto, o governo não oferece respaldo para grande parte dos projetos propostos por ele, que falece em 1984.

Paulo Duarte torna-se assim o principal precursor da preservação dos vestígios arqueológicos no Brasil. Nesse sentido, a observação de suas ideias levantou o interesse quanto às análises das práticas levadas a cabo pelas instituições oficiais de preservação patrimonial, centradas durante muito tempo na figura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A ideia de uma comparação entre essas duas políticas surge como maneira de entender como os estudos de Paulo Duarte e, portanto, da Arqueologia, se inserem nas práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no Brasil no século passado, as quais foram guiadas principalmente pelo SPHAN.

### **SPHAN e CONDEPHAAT: algumas reflexões sobre seus contextos e desenvolvimentos**

O estudo da política de preservação levada a cabo pelas instituições oficiais permitiu observar quais eram os parâmetros que guiavam esses órgãos em seus trabalhos. Através de uma análise da relação dos bens tombados pelo SPHAN, os quais são inscritos nos livros de Belas-Artes, História, Arqueológico Etnográfico e Paisagístico e das Artes Aplicadas, é possível observar que até 1968, dos 689 tombamentos realizados pelo instituto, o livro de Belas-Artes contava com 287 inscrições, enquanto que o Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico apenas com 26 (RUBINO, 1991), demonstrando assim o privilégio que era dado pelo instituto à conservação dos monumentos considerados artísticos, assim como o descaso quanto aos do segundo tipo. Da mesma maneira, até 1968 os tombamentos ocorreram principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, onde se sucederam eventos como a Inconfidência Mineira, a expulsão dos Holandeses de Pernambuco e a presença de personalidades como Rui Barbosa, Gregório de Matos e da corte imperial. Assim, com a valorização da preservação patrimonial desses Estados sobre todos os outros, o SPHAN procurava delimitar a criação de uma memória nacional a essas

regiões, já que possuíam as características históricas compatíveis com a memória que queria ser criada pelo órgão. Os bens preservados pelo instituto pertencentes a esses Estados somavam 402 dos 687 tombamentos realizados até então, enquanto o restante se dividia entre todos os outros Estados. Os monumentos também foram alocados a determinado período, que compreendia os séculos XVI a XIX, tendo enorme predominância o século XVIII, que concentra 529 dos 687 tombamentos já citados. O século XX foi durante muito tempo ignorado pelos órgãos de preservação patrimonial, já que os monumentos até então construídos nele não possuíam aquilo que era considerado uma história nobre, sendo contaminados pela modernidade e por todas as características que esta trazia, como imigrantes e novos estilos arquitetônicos. Dentro do recorte estabelecido pela instituição, Minas Gerais destacava-se amplamente em relação aos outros Estados, pois possuía o que o SPHAN considerou como uma arte legitimamente brasileira, ou seja, livre das influências negras e índias. Tal característica a aproximaria da arte europeia, conferindo-lhe o status de patrimônio ideal a ser preservado, a maior contribuição que o Brasil poderia dar ao mundo e através da qual seria reconhecido.

Houve também o predomínio da preservação dos bens imóveis sobre os móveis, justificada por um lado pela grande presença de arquitetos no serviço do patrimônio e, por outro, pela visão historicamente construída de patrimônio como pertencente acima de tudo a bens arquitetônicos, representada no Brasil principalmente por Lúcio Costa e Gilberto Freyre, este último através da obra *Casa-grande e senzala*<sup>2</sup>, a qual vincula a arquitetura à história e formação do país. O serviço do patrimônio privilegiou dessa maneira a conservação daquilo que se denominou como “patrimônio de pedra e cal”.

Em 1957, com a criação do Museu da Abolição no Recife e do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville, inicia-se no SPHAN uma fase pouco menos patriótica, pois se inclui o estudo dos imigrantes para a compreensão da formação do povo brasileiro. Entretanto, uma política de preservação adequada para as culturas imigrantes ainda tardaria a ser desenvolvida. O primeiro bem tombado pela instituição relacionado ao tema da imigração foi o Palácio dos Príncipes de Joinville – hoje Museu Nacional da Imigração e Colonização – em 1938, devido às suas características

---

<sup>2</sup> FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1936.

estilísticas. Logo no mesmo ano seria tombado também em Joinville o Cemitério Protestante Dona Francisca, mas mesmo com a criação do Museu Nacional da Imigração e Colonização duas décadas após isso, novos tombamentos referentes à imigração só voltariam a ocorrer na década de 80, já que com o tema da nacionalização e criação de uma identidade única não havia espaço para o estudo de outras identidades que não a brasileira. Da mesma maneira, da grande produção de inventários que se deu nas décadas de 80 e 90 referentes ao tema, não resultaram muitos tombamentos. O interessante a ser observado nesses inventários, no entanto, é que eles são restritos à região sul do país, a qual recebeu em sua maioria imigrantes europeus vindos de países como Alemanha, Itália, Suíça e Holanda, entre outros. Portanto, através da exclusiva conservação dessas culturas, procurou-se delimitar até mesmo quais imigrantes teriam contribuído para a formação do chamado “povo brasileiro”, preservando e divulgando a memória daqueles que são ideais para a consolidação de uma história de fundação do país por brancos, e ignorando os libaneses, japoneses, turcos, indianos e diversos outros povos que, da mesma maneira, imigraram para cá.

Na década de 1970, o surgimento do ambientalismo brasileiro promove uma sensível mudança de foco no SPHAN, a qual pode ser observada pelo aumento de registros inseridos no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que saltam de aproximadamente 26 para cerca de 49, sendo que a maioria refere-se a monumentos do tipo paisagístico e arquitetônico<sup>3</sup>.

Deste modo, a política de preservação patrimonial brasileira fica principalmente a cargo do SPHAN até a década de 70. No entanto, em 1968, com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), o Estado de São Paulo legisla pela primeira vez no sentido de preservar seu patrimônio através de uma instituição que seguiria de certa maneira o conservadorismo e tradicionalismo do SPHAN.

Durante os primeiros anos de trabalho do CONDEPHAAT, o desenvolvimento de uma política de atuação própria do órgão foi dificultado pela falta de um corpo técnico próprio e estável (RODRIGUES, 2001). A abrangência de suas ações também era bastante limitada. Os interesses imobiliários tornaram-se o principal empecilho para o

---

3 Arquivo Noronha Santos. Livros do Tombo. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Disponível em: < <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> >. Acesso em 29 maio 2010.

tombamento dos bens, pois o baixo valor pago pelos imóveis levava muitas vezes a que os proprietários preferissem demolir estes – antes de que o processo de tombamento fosse efetivado – e vender apenas o terreno, na maioria das vezes localizado em áreas supervalorizadas. Os limites político-administrativos impostos ao órgão também tolhiam suas ações e, juntamente ao problema dos interesses imobiliários, acabaram proporcionando ao Conselho um perfil difuso e uma imagem de ineficiência.

A política preservacionista do CONDEPHAAT abarcava bens relacionados à arte e à história sócio-econômica, abrangendo também os ciclos econômicos como o do café no Vale do Paraíba e o da industrialização, o que foi considerado um grande avanço, visto ambos serem fenômenos relativamente recentes que ainda estavam presentes na memória da população. Apesar disso, e também das novas concepções de patrimônio que defendiam uma maior integração deste à vida corriqueira da cidade, a cultura urbana não entrou na categoria de bens a serem preservados, pois não fazia parte daquilo que era considerado como cultura erudita. O nacionalismo exacerbado em relação aos monumentos arquitetônicos foi outra característica marcante do órgão. Os bens a serem tombados deveriam preferencialmente haver sido projetados por arquitetos e projetistas brasileiros, o que levou à exclusão da categoria de patrimônio diversos edifícios de importante valor histórico que não haviam sido projetados por brasileiros. Tal política excludente foi comum no órgão até meados da década de 70, quanto há uma revisão do conceito de patrimônio responsável por alargar o termo.

Para sanar esses problemas, em 1979 o CONDEPHAAT sofre mudanças em sua orientação, que procuravam agilizar suas ações para ganhar a simpatia da população e, com isso, apoio político. Realizaram-se dessa maneira diversos convênios e contratações, e a instituição alargou a divulgação do patrimônio por meio de filmes, propagandas, cartazes e outros. Apesar disso, a instituição acabou adotando uma posição pragmática e tecnicista, estabelecendo critérios gerais para a definição de centros históricos, desprovido-os assim de sua dinâmica cultural. Tal posição foi refutada por vários setores da população, que começavam a entender o patrimônio como uma possibilidade de melhora de vida, e não apenas como um testemunho estático.

Até o final da década de 70 e início de 80, as instituições oficiais de preservação patrimonial foram marcadas por um caráter ortodoxo e elitista. O CONDEPHAAT caracterizou-se durante muito tempo pela sua inércia e ineficiência na preservação do

patrimônio do Estado de São Paulo. Suas ações a princípio eram dificultadas pela falta de organização e apoio político ao órgão e, posteriormente, foram marcadas por uma postura extremamente conservadora. Mesmo após os inúmeros debates que resultaram na redefinição e alargamento do conceito de patrimônio nas décadas de 70 e 80, o órgão conservou suas antigas e decadentes práticas, comprometendo de maneira vital a preservação dos bens patrimoniais paulistas. O SPHAN, por sua vez, através de sua política de valorização e superposição de um Estado ou de um tipo de monumento sobre procurou delimitar e construir uma memória nacional. A instituição visava cunhar uma identidade através da conservação patrimonial e, portanto, foram selecionados e preservados os monumentos compatíveis com tal identidade, destacando o que fosse bom nesse sentido e ignorando o resto – inclusos nessa categoria estavam o exótico, o contrastante e o presente indesejável.

### **Paulo Duarte e a Preservação Patrimonial**

No conjunto de todas as obras realizadas por Paulo Duarte, que compreendem não somente os projetos de preservação patrimonial, mas sua produção intelectual, as diversas instituições por ele criadas e ações junto à população, é possível observar a existência de um propósito em comum: a difusão da cultura ao maior número possível de pessoas. Mesmo com as diversas experiências e mudanças que sofreu ao longo de sua vida, tal objetivo esteve sempre presente em seus trabalhos, considerado por ele o único modo possível de alcançar um maior desenvolvimento nacional.

Entretanto, para entender melhor a ideia sobre difusão cultural sustentada por Paulo Duarte, uma breve explicação sobre os significados da expressão cultura se faz necessária. Os estudos sobre a utilização do conceito têm suscitado diversos debates, e a quantidade de definições que o termo já compreendeu e continua a englobar demonstra que não há um consenso formado sobre ele.

Neste trabalho, cultura será compreendida como toda a produção material ou espiritual de uma sociedade (FUNARI, 1989). Dessa maneira, abará tanto os desenvolvimentos atingidos por esta no plano concreto, como edifícios e objetos, quanto aqueles pertencentes ao plano imaterial, como danças, línguas ou crenças. Visto que essas produções se dão em qualquer povo ou classe social, subentende-se que cultura é uma característica concernente a todas as sociedades.

O debate não será aprofundado no corrente trabalho. Entretanto, para melhor compreender o conceito de difusão cultural e folclore sustentado por Paulo Duarte, será necessário discorrer sobre o surgimento e a difusão da ideia de folclore no Brasil.

O conceito chega ao país no final do século XIX impulsionado pelos estudos europeus e americanos sobre o tema, os quais vinham ganhando força através de instituições como a *Folklore Society*, fundada na Inglaterra em 1878, e a *American Folklore Society*, instituída nos Estados Unidos em 1888. Por aqui, os estudos sobre o folclore foram principalmente valorizados devido ao crescente sentimento da necessidade de uma identidade genuinamente nacional, a qual seria baseada nas tradições das “raças” caracteristicamente brasileiras, como o sertanejo e o índio.

A partir disso, as cidades do interior e o meio rural foram escolhidos como o cenário propício onde essas manifestações poderiam ser observadas, o que levou a uma idealização destas como ingênuas, rudes, opostas ao progresso e, portanto, à civilização (AYALA e AYALA, 1987). Sendo assim, o desaparecimento das tradições populares devido à expansão das cidades e do progresso dos meios de comunicação parecia ser iminente, surgindo uma preocupação em registrar tais manifestações folclóricas antes que elas fossem extintas.

A ideia de cultura para Paulo Duarte pode ser entendida nesse contexto. Ao defender a difusão desta para a população como maneira de alcançar um maior desenvolvimento nacional, refere-se à cultura considerada hoje em dia como erudita, aquela referente aos conhecimentos e práticas adquiridas em instituições como academias e universidades. A cultura popular por sua vez, constituía para ele as manifestações tipicamente brasileiras, e inseria-se nas discussões que se davam sobre a importância do folclore e sua preservação. Como manifestação que estava a se extinguir precisava ser conservada, mas seria, em realidade, uma fração menor das diversas características capazes de formar a “alta cultura” de uma sociedade, aquela que seria atingida através do acúmulo dos mais altos conhecimentos e desenvolvimentos intelectuais que se poderia alcançar, ou seja, da cultura denominada hoje em dia como erudita.

A realização de estudos baseados nos resultados das explorações científicas aos sambaquis e sua posterior popularização foi um dos meios escolhidos por Paulo Duarte para efetivar essa difusão cultural. Este já desenvolvia projetos que visavam à preservação do patrimônio antes de seu segundo exílio, mas eram baseados na

preservação de igrejas, capelas, conventos, e todos os outros monumentos que retratavam uma memória paulista baseada na religião católica. A compreensão dos vestígios arqueológicos como maneira de valorizar a identidade da população viria somente após esse segundo exílio, no qual as influências de Paul Rivet e do *Musée de l'Homme* despertariam no intelectual o interesse pela preservação e pesquisa dos vestígios indígenas como maneira de estudar as origens do Homem Americano.

Dessa maneira, Duarte criou a Comissão de Pré-história de São Paulo em 19 de janeiro de 1952, a qual possuía o poder de tombar qualquer sambaqui, gruta ou lapa dentro do Estado – assim como outros vestígios que pudessem oferecer interesse científico –, ficando também responsável pela sua preservação, exploração científica e conservação do material encontrado. A aprovação do projeto permitiu que os sambaquis paulistas fossem reservados para fins científicos, e contornou o decreto baixado em 1947 por Adhemar de Barros que permitia sua exploração industrial e comercial.

Em 1961 ele também consegue a aprovação da lei 3.924<sup>4</sup>, a qual dispõe sobre a definição dos monumentos arqueológicos, sua preservação e exploração, considerada por Funari “ainda hoje o principal instrumento legal de preservação dos vestígios arqueológicos” (FUNARI, 2002: 26).

A luta pela proteção aos sambaquis estendia-se de certa maneira também aos índios. Duarte critica várias vezes as autoridades por facilitarem o contato entre estes e as “pessoas leigas”, principalmente a imprensa e o cinema<sup>5</sup>. Nesse sentido, colocava-se também contra a intromissão independente de missões religiosas entre os índios, pois estas se orientariam exclusivamente no sentido de transformá-los em cristãos<sup>6</sup>.

Sendo assim, para Duarte, as investigações sociológicas que poderiam ser realizadas com os índios, as quais poderiam até mesmo auxiliar no deciframento de alguns sambaquis, alcançariam melhor resultado quanto mais distante fosse o contato destes com as pessoas não especializadas, pois estas, ao não conhecerem os cuidados e tradições indígenas, poderiam transmitir-lhes diversas doenças ou costumes que lhes

---

4 BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm)>. Acessado em: 16 maio 2010

5 Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Homem Americano (s/d) – Pasta PI 59: Homem Americano. P. 415.

6 Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Índios – artigos de jornais e revistas sobre a situação indígena no Brasil (1952-80) – Pasta DET 128: doc. 88-A.

seriam daninhos. O posicionamento de Duarte a favor do isolamento indígena justificava-se também pelo interesse científico que este lhe dirigia. Segundo ele, os índios faziam parte das fontes pré-históricas brasileiras, sendo importante preservar sua cultura, pois se ocorresse o desaparecimento desta muitas das perguntas sobre a origem do Homem Americano nunca seriam respondidas<sup>7</sup>. O contato com o branco é assim entendido pelo intelectual como prejudicial, pois corromperia essa cultura, o que comprometeria seus estudos.

Os debates sobre o isolamento indígena, entretanto, inserem-se na luta de Duarte pela defesa de uma política sólida de salvaguarda aos índios, pois estes estavam sendo exterminados. Destacando a ineficiência do Serviço de Proteção ao Índio<sup>8</sup> – SPI –, o qual não estaria qualificado para desempenhar o papel científico e de proteção que lhe caberia, ele afirma que os índios eram explorados e chacinados sem que o governo tomasse qualquer providência quanto a isso.

Em 1959 Duarte funda o Instituto de Pré-história e Etnologia (IPHE), na cidade de São Paulo. Em 1962 a Comissão de Pré-História e o IPHE são absorvidos pela Universidade de São Paulo, que cria o Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo (IPH), o qual tem suas diretrizes inspiradas no *Musée de l'Homme*. Sendo assim, visava principalmente à educação através da popularização dos conhecimentos nele desenvolvidos, e objetivava em suas pesquisas o estudo dos sambaquis e de outros vestígios pré-históricos como maneira de compreender as origens do Homem Americano.

A instalação de um Instituto de Pré-História no Brasil era uma ideia trazida por Duarte desde seu retorno do exílio, assim como a fundação de um Museu do Homem Americano no país. As tentativas da criação deste último foram iniciadas por Paulo Duarte juntamente com as do instituto, no âmbito da Comissão de Pré-história. No entanto, elas ganharam força sobretudo a partir de 1959, quando este foi nomeado diretor do Museu Paulista (MP), ao mesmo tempo em que exercia a função de diretor do IPHE. Nessa época, analisando as condições e a estrutura do MP, Duarte concluiu que o

---

7 Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Índios – artigos de jornais e revistas sobre a situação indígena no Brasil (1952-80) – Pasta DET 128

8 O SPI, após uma série de investigações que denunciou diversas irregularidades em sua administração, foi renomeado em 1967 para Fundação Nacional do Índio – FUNAI. (<http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>) acessado em 23 de maio de 2010.

museu se encontrava saturado por suas coleções, não possuindo espaço suficiente para as exibir de forma adequada e nem para realizar a partir delas estudos ou trabalhos educativos junto à população. Baseado nisso, ele propõe a divisão do museu em duas instituições, sendo que uma ficaria responsável pelo acervo histórico e a outra pelo pré-histórico e pela parte de etnologia.

Apesar do grande apoio que o projeto logrou alcançar com a imprensa e a população em geral, este não se concretizou. Duarte, no entanto, daria continuidade aos seus planos de instalação do Museu do Homem Americano durante a criação do IPH, através da implementação de um pequeno museu neste, que contava com a exposição de diversos documentos escritos, iconográficos e painéis – criados pelo próprio Duarte – que explicavam a evolução do homem, assim como esqueletos e outros vestígios encontrados durante as escavações nos sambaquis, que formavam a pequena coleção arqueológica do instituto (ALCÂNTARA, 2008).

Com o malogro dessa tentativa, Duarte encontra na realização de cursos de *Introdução à Pré-história* – que eram oferecidos de forma gratuita e abertos para toda a população – um outro caminho para praticar sua iniciativa de popularizar o tema. O primeiro, administrado por ele em 1960, era oferecido pelo jornal *Folha de São Paulo*, no auditório do qual as aulas eram ministradas, e contava com o patrocínio do IPHE e da Universidade de São Paulo. A pedido da população – que manifestou o seu interesse pelo curso através de cartas enviadas à *Folha de São Paulo* – o curso é repetido no ano de 1961 sendo oficializado pela USP como curso de extensão universitária. Em 1962, passa a ser oferecido pelo IPHE, sendo renomeado para *As Origens do Homem Americano* e, em 1964, quando a instituição dá lugar ao Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo, o curso passa a ser oferecido por este, sendo renomeado para *Pré-história da América*.

Entretanto, o trabalho de popularização do tema, que vinha aumentando gradativamente com os cursos, sofre empecilhos com a substituição de Ulhôa Cintra na reitoria por Antônio da Gama e Silva – com o qual Duarte passaria a ter grandes divergências – e, após 1964, pelas dificuldades enfrentadas com a nova situação política pelo intelectual e pelo IPH. Segundo Alcântara, a mentalidade ditatorial e a incompreensão por parte das mais diversas instituições quanto a esse projeto cultural impediram o desenvolvimento

das bases que poderiam levar a atividade arqueológica a realizar uma transformação social no país (ALCÂNTARA, 2008: 269).

Mas antes de enfrentar tais dificuldades, Duarte desenvolveu com os dois institutos pesquisas em sambaquis do litoral paulista. Em 1961 foi realizada a exploração do sambaqui de Mar Casado, localizado na Ilha de Santo Amaro. Logo no ano seguinte iniciaram-se as atividades de pesquisa no sambaqui de Buracão, no Canal de Bertioiga, também na ilha, e em 1963 há a descoberta do sambaqui de Piaçaguera. A exploração científica deste último, no entanto, inicia-se somente em 1965, devido, entre outros fatores, à sua exploração indevida pelo Museu Paulista<sup>9</sup>, o que gerou alguns atritos entre Duarte e Mário Neme, então diretor do museu. Entretanto, em junho de 1969, Duarte é aposentado compulsoriamente por motivos políticos, perdendo o cargo de professor e diretor do Instituto de Pré-história. Mesmo assim, não cessa de lutar pela implantação de suas ideias no IPH e pela conservação dos vestígios que permitiriam o seu projeto de desenvolvimento da sociedade pela Arqueologia.

No mesmo mês em que é aposentado, Duarte preside o III Simpósio de Pré-história e Arqueologia, realizado durante a XXI reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 29 de junho a 05 de julho de 1969, em Porto Alegre. Dois anos depois, durante a XXIII reunião da mesma organização, elabora um manifesto aprovado por mais de duzentos cientistas, fazendo um apelo ao Congresso Nacional pela preservação das riquezas naturais do país, das jazidas pré-históricas e pela defesa e preservação dos índios.

## **Conclusão**

As concepções preservacionistas de Duarte e do SPHAN na década de 1930 são bem próximas. Ambas são influenciadas pelo pensamento modernista, e defendiam a preservação patrimonial calcada principalmente na memória eclesiástica e nos monumentos de origem barroca e colonial. Entretanto, ao voltar de seu segundo exílio, Duarte demonstra uma mudança de pensamento que irá valorizar a preservação de

---

9 Em 1963, a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) descobre um sambaqui em Piaçaguera enquanto realizava obras de terraplenagem para suas novas instalações. A notificação da descoberta foi feita ao Museu Paulista, que procedeu à exploração científica deste sem comunicar o Instituto de Pré-história, o que caracterizou a exploração como ilegal, visto que o IPH era o único órgão do Estado encarregado pelas pesquisas nos sambaquis existentes em território paulista. Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Instituto de Pré-História (Duplicatas de traição) (1962-64) – Pasta DET 300.

vestígios arqueológicos e pré-históricos como maneira de estudar as origens do Homem Americano, tornando-se um árduo defensor do Humanismo, pois o conceito chave para a realização desses estudos era entender “o ser humano e sua capacidade de criar, um conceito diretamente associado com a luta pelos direitos humanos (*les droits de l'homme*), em uma Europa pós-Segunda Guerra Mundial que colocava o nazismo no esquecimento” (FUNARI, 2002). Esse novo ideal irá diferir em vários pontos das práticas executadas pelo SPHAN. Pregava, por exemplo, a valorização da cultura indígena e do patrimônio móvel, o qual compreendia os vestígios deixados pela primeira – esqueletos, cerâmicas, utensílios, adornos, etc.

A dificuldade enfrentada por Duarte pela salvaguarda desses vestígios deve-se assim, em grande parte, ao descaso por parte dos órgãos governamentais pelo assunto. A preservação da cultura indígena não interessava ao SPHAN na medida em que não fazia parte das culturas desejadas por este para a formação daquilo que entendia como a verdadeira “identidade brasileira”, agravada pela mentalidade corrente no órgão que considerava como patrimônio quase que exclusivamente os monumentos arquitetônicos, enquanto que os vestígios pré-históricos eram em sua grande maioria móveis.

A partir disso, Duarte passou a pregar a salvaguarda de fontes pré-históricas estranhas ao SPHAN, como, por exemplo, cavernas que haveriam sido habitadas pelos homens pré-históricos e, além delas, os índios contemporâneos, os quais foram considerados por ele como fontes vivas da pré-história. A preservação destes últimos compreendia o desenvolvimento de uma política protecionista governamental que zelasse não só pela manutenção de sua cultura, mas de suas condições de sobrevivência, aspectos que iam para além da alçada do SPHAN.

A preservação do patrimônio arqueológico foi dessa maneira praticamente ignorada pelo serviço até a década de 1960. Seu início se dá com a criação da Comissão de Pré-História em 1952. Posteriormente, com a promulgação da lei nº 3.924 de 1961, a qual versa sobre a definição, preservação, e exploração dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, o SPHAN aumenta de maneira sensível seu interesse pelo assunto, mas apenas no sentido de apoiar as práticas instauradas por Duarte que vinham sendo desenvolvidas em São Paulo.

No dia 25 de junho de 1962, o SPHAN, ainda sob a direção de Rodrigo de Mello, dirige um ofício a Paulo Duarte solicitando sua colaboração para o cumprimento da lei 3.924:

*Para melhor execução da lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, e de acordo com o estabelecido no respectivo artigo 26, solicito a colaboração do Instituto de Pré-História e Etnologia de São Paulo, sob sua digna presidência, a fim de auxiliar esta Diretoria a exercer as atribuições que lhe são conferidas na lei citada em relação aos monumentos arqueológicos e pré-históricos situados no território desse Estado.<sup>10</sup>*

Solicita ainda, que o órgão ajude a exercer a vigilância necessária à proteção dos sambaquis, fosse no sentido de orientar as explorações científicas realizadas na região, ou de fiscalizar as explorações comerciais e industriais que poderiam vir a ocorrer, conforme a legislação vigente<sup>11</sup>.

Em realidade, levando-se em conta que fora o próprio Duarte o criador da lei, tal ofício funcionaria mais como um meio de o SPHAN se reafirmar como o órgão federal de preservação ambiental frente a este, sendo também responsável pela conservação dos vestígios pré-históricos, e conscientizar o intelectual de que o órgão estava ciente da lei. Assim, tecnicamente, o SPHAN colocava-se a disposição do IPHE para auxiliar este na preservação desses vestígios, e não o contrário, visto que o instituto era o único órgão brasileiro que até então havia se preocupado com as jazidas pré-históricas. Justifica-se assim também a inserção do artigo 26 em tal lei, que foi provavelmente pensada por Duarte para esse caso<sup>12</sup>.

Após 1964, quando o IPH passou a trabalhar com verbas reduzidíssimas, o SPHAN também financiou algumas de suas pesquisas, como a exploração do sambaqui de Piaçaguera, colaborando inclusive com uma verba a parte de Crs. \$ 2.000,00 para cobrir os encargos de proteção a outras jazidas do Estado<sup>13</sup>. Entretanto, os trabalhos realizados em conjunto pelo SPHAN e o IPH foram encerrados quando as atividades do Instituto

---

10 Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Protocolo da Traição (1962-64) – Pasta DET 306.

11 Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, Art. 22: O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.

12 Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, Art. 26: Para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

13 Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte – Instituto de Pré-História (1694-79) – Pasta DET 308.

foram prejudicadas e limitadas a partir de 1969, ano em que se deu a aposentadoria compulsória de Paulo Duarte.

Mesmo após aposentado, Duarte continuou a sua luta pela preservação das fontes pré-históricas, através da participação em alguns congressos da SBPC e da produção de diversos artigos pela defesa dos índios. O SPHAN, entretanto, continuou a não interessar-se muito pelo assunto, e prosseguiu com sua política preservacionista baseada principalmente na preservação dos monumentos arquitetônicos. Mesmo com o grande aumento de registros no livro de tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que se dá no período compreendido entre 1970 e 1980, observa-se que a grande maioria desses novos registros referia-se a monumentos do tipo arquitetônico e paisagístico<sup>14</sup>.

Sendo assim, as políticas de preservação patrimonial sustentadas por Paulo Duarte e pelas organizações governamentais aproximam-se e divergem em diversos aspectos. A partir da década de 1950, Duarte passa a defender no Brasil a preservação dos vestígios pré-históricos como maneira de estudar as origens do Homem Americano, o que diferiu da política executada pelo SPHAN. Este acaba por aproximar-se um pouco mais do assunto no Estado de São Paulo ao desenvolver alguns trabalhos em parceria com os institutos criados por Duarte, mas sua aposentadoria faz com que tais trabalhos sejam encerrados.

Diferiam também por promover a valorização da cultura indígena e, portanto, da identidade dos índios. As práticas preservacionistas exercidas pelo SPHAN e pelo CONDEPHAAT, as quais privilegiavam a salvaguarda de apenas um determinado tipo de cultura – branca e aristocrática – induziam à falsa impressão de que não haveria rupturas ou diferenciações na sociedade, levando aqueles que não se reconhecessem nessa identidade projetada a acreditar que não faziam parte dessa sociedade, ou, ainda, que não possuíam identidade digna de preservação ou comemoração. As ideias de Duarte valorizaram a cultura indígena, procurando inserir nessa construção outros retratos da grande diversidade cultural brasileira.

Por último, os estudos sobre a origem do Homem Americano desenvolvidos por Paulo Duarte pregavam uma valorização da “identidade nacional” diferente daquela sustentada pelas organizações governamentais. Enquanto estas procuravam uma

---

14 Arquivo Noronha Santos . Livros do Tombo. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Disponível em: < <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 29 maio 2010.

valorização do país retratando-o como constituído apenas por uma sociedade rica, católica e branca, os estudos realizados por Duarte possibilitariam que a valorização dessa “identidade nacional” se desse através da cultura indígena, já que era através dela que as origens do Homem Americano no Brasil seriam compreendidas.

## FONTES

- Unicamp – CEDAE-IEL – Fundo Paulo Duarte
- Documentos Pessoais e Especiais Temáticos
- Produção Intelectual
- Correspondências

## BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, A. A. de. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a Pré-história*. São Paulo, SP, 2008, 315p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, USP.

ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AYALA, M., AYALA, I. N. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo, Ática, 1987.

BARBATO JR., R. *Missionários de uma utopia nacional-popular : os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo*. São Paulo : Annablume; FAPESP, 2004.

BRANDÃO, C. R. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, A. V. de. *Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil*. Campinas, SP, 2009, 274p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

DUARTE, P. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento Nacional de Cultura, 1938.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. São Paulo: Hucitec, 1974.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

JULIÃO, L. *O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, jan./jun. de 2009, p. 141-161.

RODRIGES, M. *Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: Fapesp, 2001.

RUBINO, S. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968*. Campinas, SP, 1991 206p. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.